



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

OF/CTU/CC nº1249/2012

PROPOSIÇÃO - VETO N.º 039/11

PARCIAL

Curitiba, 07 de maio de 2012

F12-02

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 14 MAIO 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 10/05/2012

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 057/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetel, parcialmente, o Projeto de Lei nº 039/2011, por considerar a parte vetada Inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 039/11, de iniciativa parlamentar, tem por escopo estabelecer a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo. Em sua justificativa, sustenta os benefícios gerados pelo cooperativismo, mormente a valorização da pessoa humana, a democracia, bem como o desenvolvimento econômico e social.

Em que pese a nobre intenção dos Deputados, esta não pode se dar de forma a usurpar competências e sacrificar conceitos disciplinados na Constituição Estadual e Federal, bem como as leis que regulamentam a matéria.

O inciso X do art. 2º do projeto em comento adentra na seara do direito civil e direito comercial, matérias de competência reservada à União, conforme dispõe o art. 22, I da Constituição da República. Vejamos:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho; (grifo nosso)

Ainda, no plano infraconstitucional, a Lei Federal nº 5.764/71, alterada pela Lei nº 6.981/82, bem como o Codex Civil, traçam o regime jurídico das sociedades cooperativas. Estas surgem por um contrato de sociedade celebrado entre pessoas que, reciprocamente, se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem ter como objetivo o lucro.

Sendo assim, por se tratar de matéria de competência privativa da União, o inciso X do art. 2º deve ser vetado,

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
ProL nº 11.925.741-9



No que tange ao art. 3º da proposição em análise, insofismável a invasão de competência frente a União, uma vez que o referido artigo vem de encontro com o disposto no Inciso XXIV do art. 22 da Carta Magna, o qual dispõe que *"Compete privativamente à União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional"*.

Ademais, a Constituição do Estadual, em seu art. 66, elenca os casos em que o processo legislante é deflagrado pelo Chefe do Poder Executivo. Vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (Grifo nosso)

Assim, da simples leitura do art. 66, IV da Constituição Estadual, torna-se clarividente que a competência para legislar acerca das atribuições das Secretarias de Estado é de competência privativa do Governador do Estado. Não pode o legislador estadual dispor sobre o Sistema Estadual de Ensino, atribuição da Secretaria de Estado da Educação, sob pena de violação do princípio basilar de nosso ordenamento jurídico, qual seja, da Separação dos Poderes, imortalizado por Montesquieu em sua obra "O Espírito das Leis" e transcrito no art. 2º de nossa Carta Magna, a saber:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Desta forma, diante da inconstitucionalidade formal apresentada e o maferimento do art. 22, XXIV da Constituição Federal, o art. 3º deve ser vetado em sua integralidade.

Quanto ao art. 5º do projeto de Lei, este é inconstitucional por ferir o art. 10 da Constituição Estadual, que assim dispõe:

Art. 10º Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.



Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

As cooperativas tem caráter privado e, portanto, estão fora do núcleo normativo previsto no art. 10 da Constituição Estadual, seja para transferência de titularidade de bens imóveis a título oneroso ou gratuito. Quando o projeto de Lei prevê a possibilidade de venda, doação e comodato às cooperativas, viola frontalmente o texto constitucional estadual.

Já o art. 6º do projeto de Lei adentra em matéria submetida às regras licitatórias, encerra conceitos que conflitam com o regramento federal e estabelecem privilégios, sem respaldo na Lei reguladora.

Assim, do que se expôs, o artigo suso citado versa sobre matéria de competência privativa da União e, por esse vício intransponível, deve ser vetado.

Por fim, o art. 7º do Projeto de Lei em comento estabelece o seguinte dispositivo:

Art. 7º. Fica constituído o Fundo Estadual de Apoio ao Cooperativismo, com recursos para infraestrutura e custeio, com foco na estruturação dos empreendimentos e formação cooperativista, gerando melhores condições de expansão do sistema e seu modelo de organização social.

O artigo supracitado é Inconstitucional por vício de iniciativa, bem como inócuo juridicamente nos termos apresentados. Parecer de nº 82/2003 – PGE, da lavra do Dr. Miguel Ramos Campos, Procurador do Estado do Paraná, é adequado ao esclarecimento que se pretende oferecer:

"Para se gerir o Fundo, para lhe dar substância e função, o Fundo não pode ser deixado ao seu próprio alvedrio. O Fundo, sem estruturas que o encorrem e administrem, sem órgãos específicos que o gerenciem e cuidem para que seus fins específicos sejam atendidos de acordo com a Lei, é mera peça de ficção jurídica, quando não de poesia legislativa. Quem cria um Fundo, cria uma função na estrutura do Executivo."

Ainda, conclui o Dr. Miguel Campos, naquele caso estudado, que pouco difere da inadequação da norma ora analisada:

"Assim, claro está que não se pode dispor sobre Fundos Orçamentários sem o fazer em norma que disponha sobre a pertinência do dispositivo contábil na estrutura da Administração. Em outras palavras, a norma que constitui Fundo Orçamentário é norma de estrutura do Poder Executivo, e como tal, norma de iniciativa do Poder Executivo(...)"

Sendo assim, o art. 7º deve ser vetado em virtude da inconstitucionalidade formal subjetiva apresentada. Ademais, a propositura



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL



como trazida no texto aprovado não tem qualquer aplicação prática, pois despida dos contornos necessários à criação de um Fundo Especial, nos termos da Lei nº 4.320/64, recepcionada como Lei Complementar, ante os termos do art. 165, §9º, II da Constituição Federal.

Isto posto, esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, tendo o veto parcial incidindo sobre o Inciso X, do art. 2º, bem como os artigos 3º, 5º, 6º e 7º, cujas razões submeto a elevada consideração dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO



Lei nº. 17142



Data 07 de maio

Súmula Estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.

A Assembleia Legislativa do Estado Do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo terá como finalidade o conjunto de atividades exercidas pelo Poder Público e Privado, que venham a beneficiar direta ou indiretamente todos os ramos do setor cooperativista na promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural, reconhecido seu interesse público, nos termos do art. 148 da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado do Paraná exercerá, na forma da lei, as funções de incentivo e planejamento, apoiando e estimulando o cooperativismo e desenvolvendo mecanismos para facilitar a criação, manutenção e desenvolvimento das cooperativas.

Art. 2º São objetivos da Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo:

I – apoiar técnica, financeira e operacionalmente o cooperativismo no Estado do Paraná, promovendo, quando couber, parceria operacional para o desenvolvimento do sistema cooperativista, com destaque para apoio às ações que promovam aprimoramento dos modelos organizacionais, principalmente em ações de inclusão social e desenvolvimento com bases sustentáveis e autônomas para os diversos setores da sociedade, com constituição de Departamento ou Coordenação de Cooperativismo nas Secretarias pertinentes do Governo;

II – estimular a forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do cooperativismo e da legislação vigente;

III – estimular a inclusão do estudo do cooperativismo nas escolas, visando à mudança de parâmetros de organização de todos os ramos do cooperativismo, especialmente da produção, do consumo, do trabalho, da saúde e do crédito;

IV – divulgar as políticas governamentais para o setor, articulando processos que

permitam debate e construção de estratégias, através da constituição de Conselho Estadual do Cooperativismo, com presença das organizações cooperativistas do modelo tradicional, solidário e Secretarias do Governo;

V – propiciar maior capacitação dos cidadãos pretendentes ou já associados nas cooperativas, apoiando a elaboração e constituição do programa estadual de apoio ao cooperativismo, fundamentado nos debates do Conselho Estadual do Cooperativismo e em estratégias que permitam ações de formação e aprimoramento deste modelo de organização;

VI – fomentar o desenvolvimento e autogestão de todos os ramos das cooperativas, especialmente do ramo do trabalho, legalmente constituídas, nos termos de sua legislação vigente;

VII – estimular a formação de cooperativas de servidores públicos municipais, apoiando técnica e operacionalmente sua formação e seu desenvolvimento, especialmente cooperativas de crédito e de consumo;

VIII – estabelecer tratamento tributário adequado ao ato cooperativo, que não pode resultar em tributação mais gravosa aos cooperados, pessoas físicas ou jurídicas, do que aquela decorrente das atividades ou operações realizadas por conta própria sem interveniência da cooperativa;

IX – estimular a criação, manutenção e desenvolvimento das cooperativas, regulamentando as obrigações legais, de modo que não resulte tratamento mais gravoso aos cooperados, pessoas físicas ou jurídicas, do que aquele decorrente das atividades ou operações realizadas por conta própria sem interveniência da cooperativa;

X – ...Vetado...;

XI – firmar, quando recomendável, convênios com cooperativas.

§ 1º O desenvolvimento da presente política, não implicará em intervenção estadual, mas em fortalecimento das cooperativas e na manutenção de sua autonomia.

§ 2º Os objetivos das cooperativas serão definidos em seus respectivos estatutos e sua estruturação legal segue integralmente a legislação federal pertinente.

§ 3º Incentivo à criação e manutenção das cooperativas do ramo infraestrutura, especialmente desenvolvendo políticas de geração de energia, inclusive sustentáveis, vedando a criação de ônus ao seu funcionamento.

§ 4º As políticas priorizarão as ações técnicas voltadas à agropecuária realizada através de associações e cooperativas e deverão contemplar demandas a serem



desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura e do Abastecimento.

§ 5º O Estado do Paraná desenvolverá programas, através da Agência de Fomento, com a finalidade de capitalizar as cooperativas.

§ 6º A critério do Poder Executivo, este facilitará linhas de financiamento dirigidas à agricultura através de associações e cooperativas.

Art. 3º ...Vetado...

Art. 4º Nas licitações promovidas pelo Poder Público do Estado do Paraná, para prestação de serviços, obras, compras, publicidade, alienações e locações, participarão as cooperativas legalmente constituídas.

Art. 5º ...Vetado...

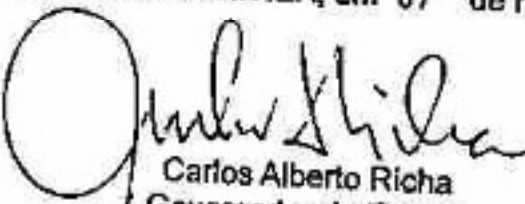
Art. 6º ...Vetado...

Art. 7º ...Vetado...

Art. 8º Fica considerada sociedade cooperativa, para efeitos desta Lei, aquela devidamente registrada na Junta Comercial, nos órgãos públicos e entidades previstas nas legislações federal e estadual pertinentes.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 07 de maio de 2012.


Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Durval Amaral
Chefe da Casa Civil

Pedro Lupion
Deputado Estadual



Projeto de Lei nº 039/11

(Autoria dos Deputados Ney Leprevost e Pedro Lupion)

Estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

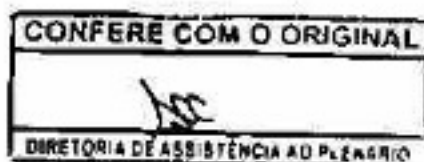
Art. 1º A Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo terá como finalidade o conjunto de atividades exercidas pelo Poder Público e Privado, que venham a beneficiar direta ou indiretamente todos os ramos do setor cooperativista na promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural, reconhecido seu interesse público, nos termos do art. 148 da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado do Paraná exercerá, na forma da lei, as funções de incentivo e planejamento, apoiando e estimulando o cooperativismo e desenvolvendo mecanismos para facilitar a criação, manutenção e desenvolvimento das cooperativas.

Art. 2º São objetivos da Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo:

I – apoiar técnica, financeira e operacionalmente o cooperativismo no Estado do Paraná, promovendo, quando couber, parceria operacional para o desenvolvimento do sistema cooperativista, com destaque para apoio às ações que promovam aprimoramento dos modelos organizacionais, principalmente em ações de inclusão social e desenvolvimento com bases sustentáveis e autônomas para os diversos setores da sociedade, com constituição de Departamento ou Coordenação de Cooperativismo nas Secretarias pertinentes do Governo;

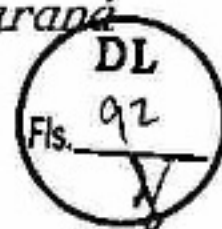
II – estimular a forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do cooperativismo e da legislação vigente;





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 039/11

fls.2.

III – estimular a inclusão do estudo do cooperativismo nas escolas, visando à mudança de parâmetros de organização de todos os ramos do cooperativismo, especialmente da produção, do consumo, do trabalho, da saúde e do crédito;

IV – divulgar as políticas governamentais para o setor, articulando processos que permitam debate e construção de estratégias, através da constituição de Conselho Estadual do Cooperativismo, com presença das organizações cooperativistas do modelo tradicional, solidário e Secretarias do Governo;

V – propiciar maior capacitação dos cidadãos pretendentes ou já associados nas cooperativas, apoiando a elaboração e constituição do programa estadual de apoio ao cooperativismo, fundamentado nos debates do Conselho Estadual do Cooperativismo e em estratégias que permitam ações de formação e aprimoramento deste modelo de organização;

VI – fomentar o desenvolvimento e autogestão de todos os ramos das cooperativas, especialmente do ramo do trabalho, legalmente constituídas, nos termos de sua legislação vigente;

VII – estimular a formação de cooperativas de servidores públicos municipais, apoiando técnica e operacionalmente sua formação e seu desenvolvimento, especialmente cooperativas de crédito e de consumo;

VIII – estabelecer tratamento tributário adequado ao ato cooperativo, que não pode resultar em tributação mais gravosa aos cooperados, pessoas físicas ou jurídicas, do que aquela decorrente das atividades ou operações realizadas por conta própria sem interveniência da cooperativa;

IX – estimular a criação, manutenção e desenvolvimento das cooperativas, regulamentando as obrigações legais, de modo que não resulte tratamento mais gravoso aos cooperados, pessoas físicas ou jurídicas, do que aquele decorrente das atividades ou operações realizadas por conta própria sem interveniência da cooperativa;





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 039/11

fls.3.

X – legislar regulando o fato de que as sociedades cooperativas possuem sistema operacional próprio, com registros de demonstrações contábeis disciplinadas em legislação especial;

XI – firmar, quando recomendável, convênios com cooperativas.

§ 1º O desenvolvimento da presente política, não implicará em intervenção estadual, mas em fortalecimento das cooperativas e na manutenção de sua autonomia.

§ 2º Os objetivos das cooperativas serão definidos em seus respectivos estatutos e sua estruturação legal segue integralmente a legislação federal pertinente.

§ 3º Incentivo à criação e manutenção das cooperativas do ramo infraestrutura, especialmente desenvolvendo políticas de geração de energia, inclusive sustentáveis, vedando a criação de ônus ao seu funcionamento.

§ 4º As políticas priorizarão as ações técnicas voltadas à agropecuária realizada através de associações e cooperativas e deverão contemplar demandas a serem desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura e do Abastecimento.

§ 5º O Estado do Paraná desenvolverá programas, através da Agência de Fomento, com a finalidade de capitalizar as cooperativas.

§ 6º A critério do Poder Executivo, este facilitará linhas de financiamento dirigidas à agricultura através de associações e cooperativas.

Art. 3º O sistema estadual de ensino incentivará o cooperativismo por meio:

I – da inclusão na grade curricular do ensino da disciplina do cooperativismo nas escolas da rede estadual;





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 039/11

fls.4.

II - do fomento ao desenvolvimento das cooperativas escolares, constituídas de alunos de instituições de ensino estaduais, nos termos do art. 19 da Lei nº 5.764/71, para aprendizagem na prática dos valores do cooperativismo;

III - das práticas pedagógicas com fins cooperativistas;

IV - da utilização dos estabelecimentos públicos estaduais de ensino pelas sociedades cooperativistas para fins de programações em comum.

Art. 4º Nas licitações promovidas pelo Poder Público do Estado do Paraná, para prestação de serviços, obras, compras, publicidade, alienações e locações, participarão as cooperativas legalmente constituídas.

Art. 5º Fica a critério do Poder Executivo, por sua iniciativa ou por provocação, conceder em comodato, alienação por venda, ou doação, às cooperativas de todos os ramos, bens imóveis do Estado, com a devida autorização do Poder Legislativo.

Art. 6º O Poder Público Estadual, quando recomendável para atender às demandas de seu funcionalismo, estabelecerá convênios operacionais com as cooperativas de crédito, buscando a agilização do acesso ao crédito ao setor e da prestação de serviços, especialmente quanto à arrecadação de tributos e ao pagamento de vencimentos, salários e outros proventos dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, e dos pensionistas da Administração Direta e Indireta, por opção destes, sem prejuízo do estabelecido na Lei Estadual nº 15.375/07.

Art. 7º Fica constituído o Fundo Estadual de Apoio ao Cooperativismo, com recursos para infraestrutura e custeio, com foco na estruturação dos empreendimentos e formação cooperativista, gerando melhores condições de expansão do sistema e seu modelo de organização social e econômica, proporcionando desenvolvimento local e regional.

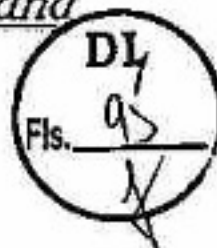
Art. 8º Fica considerada sociedade cooperativa, para efeitos desta Lei, aquela devidamente registrada na Junta Comercial, nos órgãos públicos e entidades previstas nas legislações federal e estadual pertinentes.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Antônio Khury



Projeto de Lei nº 039/11

Da.5.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 16 de abril de 2012.

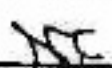
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário

RCM/TC/TSC/SMH

CONFERE COM O ORIGINAL


DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



Projeto de Lei nº 039/11

Fls. 6.

JUSTIFICATIVA

A cooperação existe desde os primórdios de nossa história e sempre se fez presente na vida humana. A ideia de auxílio mútuo entre os homens serviu e contribuiu para que estes, juntos, vencessem obstáculos que sozinhos certamente não conseguiria vencer.

A essência do cooperativismo pode ser assim definida: a cooperação como forma de organização para a solução dos problemas econômicos e sociais do homem. O cooperativismo tem nas cooperativas a forma de organização social e econômica dos associados, que se tornam, por meio dela, empreendedores cooperados.

O termo "cooperação" deriva etimologicamente da palavra latina "cooperare", formada por "cum" (com) e "operare" (trabalhar), e significa agir simultânea ou coletivamente para um mesmo fim, ou seja, trabalhar em comum, para o êxito de um mesmo propósito.

Não há dúvida de que o cooperativismo é um dos caminhos viáveis para se chegar ao desenvolvimento. Na Europa, mais de 45% da população é cooperativa, e, nos Estados Unidos, 35%, enquanto no Brasil são apenas 5%. A dificuldade de crescimento do setor envolve a combinação perversa entre a falta de investimentos em educação, o que naturalmente estimula a cooperação e o não reconhecimento dos Poderes Públicos à especificidade do cooperativismo.

Um exemplo dessa dificuldade está demonstrado no compromisso da Administração Pública em geral de não mais contratar cooperativas e não possibilitar sua participação em processos de licitações. Diante desta situação, as cooperativas são obrigadas a recorrer ao Poder Judiciário para garantir os princípios constitucionais da legalidade e da igualdade.

A cooperativa como empreendimento econômico que busca a melhoria do social deve obter dos Poderes Públicos um tratamento adequado às suas especificidades, conforme explicita a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

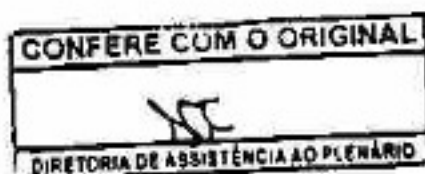


Projeto de Lei nº 039/11

fls. 7.

O cooperativismo é uma doutrina que propaga o empreendedorismo, a valorização da pessoa humana, a democracia, o desenvolvimento social e econômico. Em nossa sociedade precisamos criar alternativas de organização social que propiciem a geração de trabalho e renda para as pessoas. Levando-se em conta que o cooperativismo é dotado de valores e princípios democráticos e de igualdade, podemos considerar que o ensino do cooperativismo nas escolas pode refletir na formação de pessoas com mais consciência crítica, valores democráticos e que sejam, acima de tudo, empreendedoras.

Diante do número de cooperativas e cooperados existentes no Paraná e do potencial de criação de novos empreendimentos, é imprescindível que o Poder Público adote uma política de apoio ao cooperativismo, portanto, solicitamos o apoio dos Nobres Pares desta Casa de Leis para que este projeto seja aprovado.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 025/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 025/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 1249/12

SÚMULA: Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 039/2011, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Pedro Lupion, que estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei nº 039/11, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Pedro Lupion que, estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerar a parte vetada Inconstitucional.

FUNDAMENTAÇÃO

De Início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescenda, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 039/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 19 de abril de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 025/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 07 de maio de 2012, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi oposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




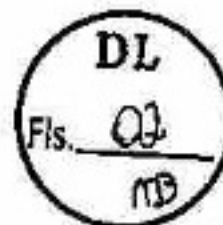
CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO TADEU VENERI
RELATOR



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI Nº 277/12

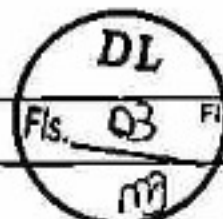
Súmula: Aprova crédito especial,
alterando o vigente Orçamento
Geral do Estado.

Art. 1º - Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 47.569.081,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, oitenta e um reais), criando a Unidade Orçamentária 4961 – Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná, conforme Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente da fonte 250 - Recursos Diretamente Arrecadados pelo Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I
ANEXO A LEI Nº



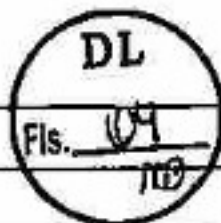
3900 - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

3987 - FUNDO DE ATENDIMENTO À SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES DO PARANÁ - FASPM

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

R\$ 1,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEG. ECONÔM
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES			47.669.081
1.0.0.0.00.00	RECEITAS DE SERVIÇOS	47.669.081		
1.0.0.0.02.00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES (Intragovernamental)	47.669.081		
		RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
		47.669.081		47.669.081



ANEXO II
ANEXO A LEI Nº

FL 02

3900 - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

3967 - FUNDO DE ATENDIMENTO À SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES DO PARANÁ - FASPM

CONSOLIDAÇÃO DA RECEITA DA UNIDADE

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITAS PRÓPRIAS	47.660.081
TOTAL	47.660.081

DL
Fls. 05
m3

ANEXO III
ANEXO A LEI Nº

FL 03

3600 - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

PROGRAMA DE TRABALHO

0857 - FUNDO DE ATENDIMENTO À SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES DO PARANÁ

Resumo de Todos os Projetos

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPER. ESP.	TOTAL
3687.10282104.290	SAÚDE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL SAÚDE PARA TODO PARANÁ AÇÕES DO FASPM Atendimento à saúde dos policiais militares do Paraná, dependentes e pensionistas, bem como dos servidores civis da região de Curitiba. Ações da Executiva Principais Ações				
	Atender à saúde dos policiais militares, dependentes e pensionistas	Produto	Un. Medida	Mesmovalores	Out
		vagas	atendimento	915	26200
		atendidas	prestado		
	Atender à saúde dos servidores civis	vagas	atendimento	915	110.927
		atendidas	prestado		
				11.488.180	
				36.100.921	
	TOTAL			47.589.061	47.589.061

LFIs

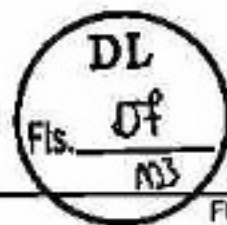
06

ANEXO IV
ANEXO A LEI Nº

2017 - FUNDO DE ATENDIMENTO À SAÚDE DOS POLÍCIAIS MILITARES DO PARANÁ - FASPM
DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA SEQUENDO OS DESDOBRAMENTOS POR GRUPO DE FONTES

15.7.00

[illegible]



ANEXO V
ANEXO A LEI Nº

FL 05

3900 - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

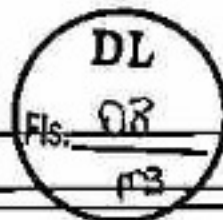
3967 - FUNDO DE ATENDIMENTO À SAÚDE DOS POLICIAIS MILITA

DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO OS DESDOBRAMENTOS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO

Recursos de Todas as Fontes

R\$ 1,00

Projeto/ Atividade	Mod. Aplic.	Pessoal e Enc. Sociais	Juros e Enc. da Dívida	Outras Desp. Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingência	Total
	90			40.504.081	7.065.000				47.569.081 0 0
TOTAL				40.504.081	7.065.000				47.569.081



ANEXO VI
ANEXO A LEI Nº

Fl. 08

3400 - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

PROGRAMA DE TRABALHO

3857 - FUNDO DE ATENDIMENTO À SAÚDE DOS POLÍCIAS MILITARES DO PARANÁ - FASPM

R\$ 1,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	GR. FT	TOTAL
3087.10002104.299	AÇÕES DO FASPM				
	METROPOLITANA DE CURITIBA -- Curitiba				
	Obras do Executivo				
001	Construir o Centro Integrado de Politérapia (Não Iniciado)	m²	1.817	95	750.000
002	Reformar a Casa do Apolo SAS (Não Iniciado)	m²	750	95	412.500
TOTAL				OUTRAS FONTES	1.600.000

FILED 01 09
2001

I SUPLEMENTAÇÃO I DE DESPESA		ANEXO VII ANEXO A LEI Nº						Fls. 01 09 73	
I Cód.	Especificação	I Natureza	I Orç	I Fontes	I Gr	I Alim	Valor	I Prev	I Cop
I 3900	I SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA								
I 3967	I FUNDO DE ATENDIMENTO À SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES								
I 4295	I ACESSO DO EASPH	33903000	250	96	0	0	6.444.401	0570	
		33903900	250	95	0	0	34.059.680	0570	
		44905100	250	95	0	0	1.540.000	0570	
		44905200	250	95	0	0	5.505.030	0570	
Total							47.549.081		

I ACRÉSCIMO		ANEXO VIII		Fl. 02	
I DA RECEITA DESCENTRALIZADA		ANEXO A LEI Nº		R\$ 1,00	
I Código	I Especificação	I Fonte	I Gr. I	Valor	I Processo
I	I	I	ITOMEL		I
I	I SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	I	I		I
I	I	I	I		I
I	I FUNDO DE ATENDIMENTO E SAÚDE DOS POLÍCIAIS MILITARES	I	I		I
I	I DO PARANÁ	I	I		I
I 1600.92.00	I Prestação de Serviços Médicos e Hospitalares	I 250	I 95	47.569.091	I 0570
Total				47.569.091	

I SUPLEMENTAÇÃO I DE OBRAS		ANEXO I X ANEXO A LEM N°				Fl. 03 R\$ 1,00	
I Código I	I Especificação	I Fmta I	I Qr. I	I Alo I	I Valor	I Processo	
I I	I I	I I	I I	I I	I I	I I	
I 3900 I	I SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	I I	I I	I I	I I	I I	
I I	I I	I I	I I	I I	I I	I I	
I 3967 I	I FUNDO DE ATENDIMENTO E SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES	I I	I I	I I	I I	I I	
I I	I DO PARANÁ	I I	I I	I I	I I	I I	
I 4295 I	I AÇÕES DO TACSM	I I	I I	I I	I I	I I	
I 280 I	I Curitiba	I I	I I	I I	I I	I I	
I 0001 I	I Construir o Centro Integrado de Fisioterapia	I I	I I	I I	I I	I I	
I I	I (não iniciado)	I 250 I	I 95 I	I 0 I	I 750.000 I	I 0570 I	
I 0002 I	I Reformar a Casa de Apoio BAS	I I	I 250 I	I 95 I	I 0 I	I 810.000 I	
I I	I (não iniciado)	I I	I I	I I	I I	I I	
I T O T A L I		I O.F. I	I I	I L I	I 1.560.000 I	I I	

I - À DAP para leitura no expediente
II - A DL para providências.
Em, ____/____/____

Presidente



MENSAGEM

Nº 032 /2012

Curitiba, 18 de junho de 2012.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 18 JUN. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que solicita a aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 47.569.081,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, oitenta e um reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, visando a criação da Unidade Orçamentária 3967 - Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná, Instituído pela Lei Estadual nº 14.605, de 05 de janeiro de 2005.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação, são decorrentes de arrecadação do próprio Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná.

Certo de poder contar com a atenção dessa Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

Prot. 14562-158-6
Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350-2800 | Fax: (41) 3254-7345 | www.pr.gov.br

19119 18-06-2012, 08:56:07 Nº 032/2012 LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 277/12

Projeto de Lei nº. 277/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 032/12

Súmula: Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

EMENTA: APROVA CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 47.569.081,00 (QUARENTA E SETE MILHÕES, QUINHENTOS E SESSENTA E NOVE MIL, OITENTA E UM REAIS), AO VIGENTE ORÇAMENTO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, VISANDO A CRIAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 3967 – FUNDO DE ATENDIMENTO À SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 41, 42 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. LC 101/00. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo aprovar crédito especial no valor de R\$ 47.569.081,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, oitenta e um reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, visando a criação da Unidade Orçamentária 3967 – Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná, instituído pela Lei Estadual nº 14.605, de 05 de janeiro de 2005.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, Inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
II - orçamento;

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa, (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela, que objetiva aprovar a abertura de crédito especial, nos termos do artigo 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível. (grifos nossos)

Não obstante, o Chefe do Poder Executivo ressalta que os recursos são decorrentes de arrecadação do próprio Fundo de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 23

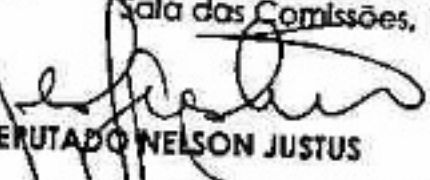
Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná, não ferindo desta forma a Lei Complementar nº 101/00.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

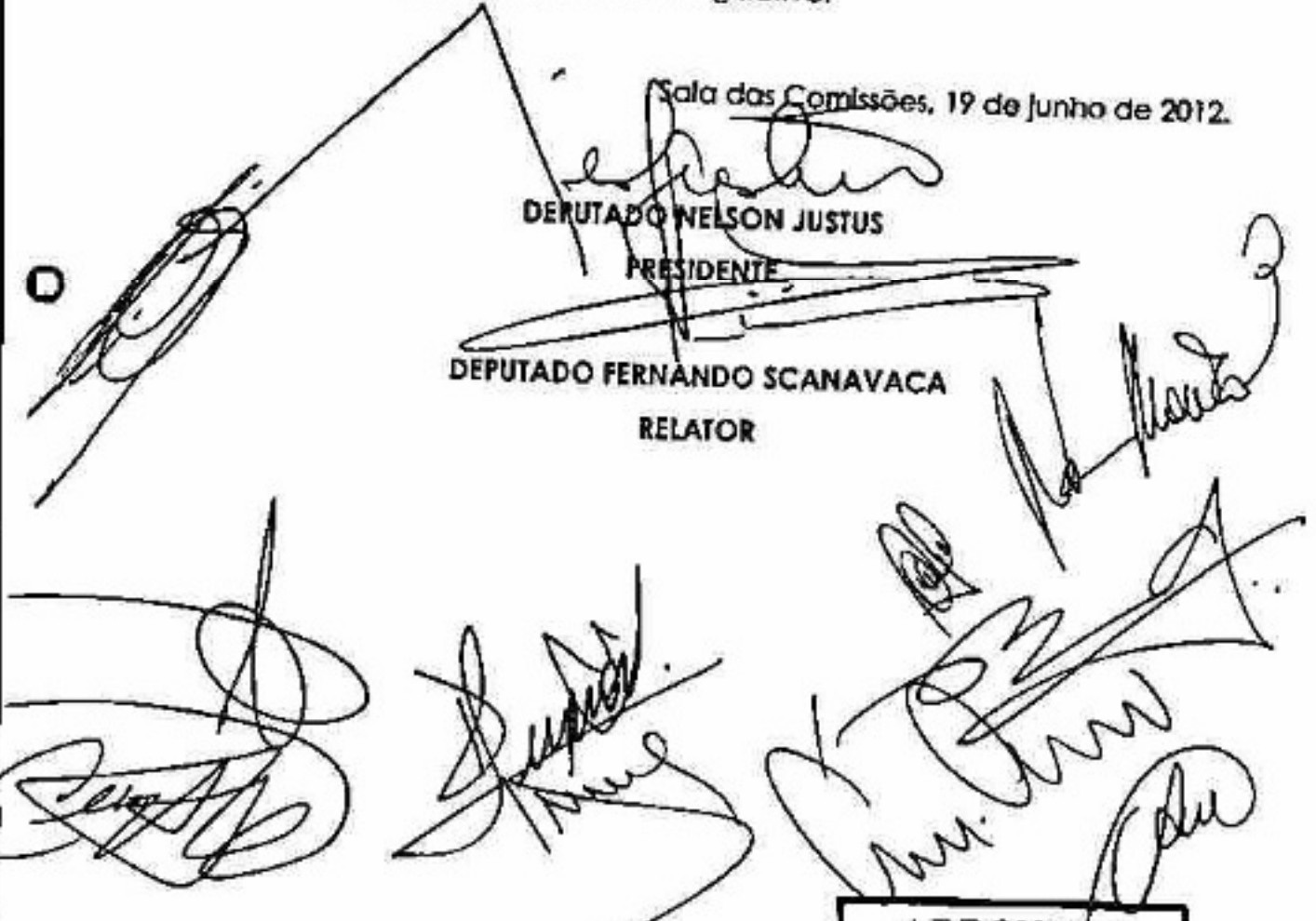
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


APROVADO

unanimidade

19.06



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 277/12

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 32/2012, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta *"aprovar a abertura de crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n.º 17.012, de 14 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 47.569.081,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, oitenta e um reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, visando a criação da Unidade Orçamentária 3967 – Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná, instituído pela lei Estadual n.º 14.605, de 05 de janeiro de 2005.*

Os recursos para abertura do crédito especial serão provenientes da fonte 250 – Recursos Diretamente Arrecadados pelo Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná, conforme o anexo VII, VIII e IX.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer



II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo que seu relator exarou parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquela comissão.

A autorização legislativa para a abertura de crédito suplementar ora proposto encontra-se embasado no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:

"Art. 135 São vedados:

V — abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epigrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, 26 de junho de 2012.

[Signature]
DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE

[Signature]
DEP.
RELATOR

[Handwritten signatures and initials]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 277/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 032/12 que objetiva a aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$47.569.081,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, oitenta e um reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011.

Inicialmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável e também para a Comissão de Orçamento, que da mesma forma emitiu o devido parecer favorável, por meio do Relator Deputado Elio Rusch.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer que a iniciativa visa a criação da Unidade Orçamentária 3967 – Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná, instituído pela Lei Estadual nº 14.605, de 05 de janeiro de 2005.

Também, observa-se que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com o art. 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64. (Lei Orçamentária Anual).

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/00, tendo vista o esclarecimento do autor de que os recursos para cobertura da

F. 3/ fernando



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

DL
Fls. 29
K

referida programação, são decorrentes de arrecadação ao próprio Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná.

Oportuno observar, que a Carta Magna Federal, em seu art. 24, inciso II, assegura a competência concorrente aos Estados na questão orçamentária.


De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 133 e 134, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 03/07/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
RELATOR






EMENDA DE PLENÁRIO 01 - DAP, 10/07/12
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 277/12

A presente emenda visa modificar a redação do art. 1º do Projeto de Lei 277/12, oriundo da Mensagem Governamental 032/12, conforme segue:

Art. 1º - O art. 1º do projeto de lei 277/12 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 47.569.081,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, oitenta e um reais), criando a Unidade Orçamentária 3967 - Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná, conforme anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX desta lei."

Sala das Sessões, 10 de junho de 2012.

Deputado Ademar Trifiano
Líder do Governo

JUSTIFICATIVA:

A emenda em tela tem por objetivo modificar a redação do artigo 1º do presente projeto de lei, alterando a numeração da unidade orçamentária antes descrita como 4961 e agora corretamente descrita como 3967, estando de acordo com o texto da Mensagem e dos anexos.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 277/12

Projeto de Lei nº 277/12

Autor da emenda: Deputado Ademir Trolano.

Súmula: Aprova crédito especial alterando o vigente orçamento geral do Estado.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR A REDAÇÃO DO ART. 1º DO PROJETO DE LEI 277/12. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo a aprovação de abertura de crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Estadual Nelson Luersen.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu uma Emenda Modificativa de autoria do Deputado Estadual Ademar Traiano. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação da legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados:

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a referida emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, conforme pode ser devidamente observado:

Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.
(grifos nossos)

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da referida Emenda Modificativa proposta pelo Deputado Estadual Ademar Tralano, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 10 julho de 2012.


CARTO QUINTANA
Presidente


Relator ~~Homero Brondos Jr.~~



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 08 MAIO 2012

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 200/12

Súmula: Declara de utilidade pública a
Sociedade Médica de Maringá.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Médica de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 2012.


DR. BATISTA
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O A propositura em tela tem como objetivo declarar de utilidade pública a Sociedade Médica de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade promover e contribuir para solução dos problemas médicos-sociais e sanitários da coletividade realizando acordos, convênios ou parcerias com entidades públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras. Promovendo atividades culturais e científicas.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

O



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 200/2012



Projeto de Lei nº. 200/2012

Autor: Deputado Estadual Dr. Batista

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Sociedade Médica de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Dr. Batista, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Sociedade Médica de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá.*

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que
disponham sobre:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL

55

g) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a cultura, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fis. 56

seus atos constitutivos demonstram as áreas de atuação, sendo de assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 03 de julho de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR.
RELATOR



PROJETO DE LEI Nº 303/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 26 JUN. 2012
1º Secretário

Súmula: Dispõe sobre o tratamento tributário relativo ao ICMS devido pelos estabelecimentos industriais nas operações com produtos em cuja fabricação seja utilizado material reciclado, conforme especifica.

Art. 1º Fica concedido crédito presumido sobre o imposto devido pelos estabelecimentos industriais nas saídas de produtos fabricados por eles próprios e desde que, no mínimo, 75% do custo da matéria prima utilizada na sua produção decorra da aquisição de MATERIAL RECICLADO DE PAPEL, DE PAPELÃO E DE PLÁSTICO OU DE RESÍDUOS DE PAPEL, DE PAPELÃO E DE PLÁSTICOS ORIUNDOS DE RECICLAGEM (realizadas pelo estabelecimento industrial que as produzir).

Art. 2º O crédito presumido será calculado mediante aplicação dos seguintes percentuais:

- a) 76,388 % (setenta e seis inteiros e trezentos e oitenta e oito milésimos por cento), nas operações sujeitas à alíquota de 18%;
- b) 64,583 % (sessenta e quatro inteiros e quinhentos e oitenta e três milésimos por cento), nas operações sujeitas à alíquota de 12%;
- c) 39,285 % (trinta e nove inteiros e duzentos e oitenta e cinco por cento), nas operações sujeitas à alíquota de 7%.

Art. 3º Para a apropriação do crédito presumido, de que trata esta lei, o contribuinte, deverá:


- I - emitir Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, fazendo constar no campo "Natureza da Operação" a expressão "Crédito Presumido" e, no quadro "Dados do Produto", o número, a data e o valor dos documentos relativos às operações que geraram direito ao crédito presumido;
- II - lançar a nota fiscal a que se refere a alínea anterior no campo "Observações" do livro Registro de Saídas e o valor do crédito no campo "Outros Créditos" do livro Registro de Apuração do ICMS;



Art. 4º O benefício previsto nesta Lei será apropriado em substituição ao aproveitamento de quaisquer outros créditos fiscais decorrentes da aquisição de matérias-primas e dos demais insumos utilizados na fabricação desses produtos, bem como dos serviços tomados, na proporção do valor dessas saídas sobre o valor total das operações do estabelecimento, exceto em relação aqueses relativos à aquisição de energia elétrica e de bens destinados ao ativo imobilizado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

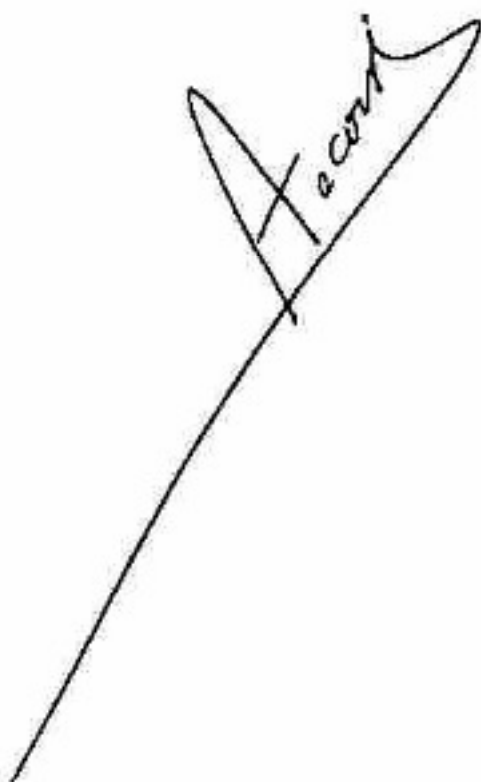
Sala das Sessões, em


2014/10/27
VALDIR ROSSONI
Presidente


ELIO ROSA


GUSTAVO DE SOUZA


ROSE LÚCIO


Acari



JUSTIFICATIVA

Inicialmente compete informar que o benefício fiscal objeto desta Proposição já está previsto na legislação do ICMS, porém mediante decreto - RICMS nº 1080/2007, Item 18-A -, e com prazo de validade até 31 de dezembro de 2012.

Todavia, para efeito de se constituir num efetivo instrumento de atração de indústrias de reciclagem para o Estado, com a segurança jurídica necessária, o benefício fiscal deverá estar previsto em lei e sem prazo final de vigência de modo a conferir maior tranquilidade aos investidores já estabelecidos no Estado e também aqueles que buscam se instalar aqui.

No mais, de lembrar que a Nova Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos orienta que a União, Estados e Municípios criem benefícios fiscais para empresas que atuem na reciclagem.

Nesse sentido o Estado de Santa Catarina, mediante Decreto nº 2692 de 20 de outubro de 2009, previu idêntico favor fiscal todavia sem prazo para o término de sua vigência.

Outros Estados da União como Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e São Paulo possuem decretos semelhantes.

União da Vitória, especificamente, é uma cidade de divisa com Porto União, em Santa Catarina, o que importa em inevitável transferência de produção do Paraná para Santa Catarina, haja vista que há empresas que têm unidades nos dois estados.

É o que tem ocorrido com os planos de expansão das indústrias de União da Vitória que, neste segmento, têm sido direcionados para Porto União devido à insegurança decorrente da previsão de término de vigência do decreto atual do Paraná, já neste final do ano.

De ressaltar que o Estado do Paraná não pode perder todos os investimentos já feitos e os novos previstos para o Estado e especificamente para o Município de União da Vitória, que desenvolveu um processo de reciclagem de resíduos plásticos oriundos dos rejeitos de fábricas de papel e que é um modelo reconhecido pela inovação tecnológica e pelo seu apelo de preservação ambiental.

Não obstante todo este quadro, esta é a ameaça que, particularmente, o Município de União da Vitória vem sofrendo e outros tantos Municípios também, no Estado, pois os investimentos para uma nova fábrica de grande porte no Município, financiada por um Fundo de Investimento, foram vetados tecnicamente e recomendada a instalação industrial no Estado de Santa Catarina, em razão da expiração de vigência do decreto paranaense.



A título de ilustração podemos apresentar o resultado da aplicação decreto já referido em relação às empresas instaladas em União da Vitória, que:

- Vem promovendo a reciclagem de 15.250 toneladas de papel mensalmente do papel gerado por 5 milhões de pessoas.
- Não cortam árvores para produção - apenas reciclam papel coletado.
- Fomentam e estimulam uma cadeia de coleta seletiva que coleta e classifica materiais em todo o Brasil.
- Aliviam a coleta e lixo e o depósito de lixo em aterros sanitários.
- Geram 826 dos 11.165 empregos formais locais.
- Tem o maior faturamento local.
- Tem o maior recolhimento de Tributos local.
- Tem o maior consumo de energia local.
- Tem o maior volume de carga transportada.

Podemos continuar contando um pouco da história do Município de União da Vitória para ilustrar e justificar a presente proposta de Lei. Este município foi um grande fomentador econômico no Estado, precursor na industrialização e a terceira economia do Estado.

Foi o segundo município a ter energia elétrica, o segundo município a ter iluminação pública. Era o entroncamento rodoviário, ferroviário, aeroviário e ainda porto de navegação fluvial. Foi base econômica e logística para o desenvolvimento do oeste catarinense e do sudoeste paranaense. Tudo isto fundamentado na indústria madeireira que a título de reserva econômica preservou as matas do município.

Todavia, hoje, com a evolução de consciência da sociedade, no tocante à preservação do meio ambiente, reservas florestais preservadas converteram-se em um dificultador para o desenvolvimento da Região no que respeita ao seu aspecto econômico e via de consequência social, também. Soma-se a isso o relevo montanhoso e a grande quantidade de nascentes de água.

A falência da cadeia produtiva local baseada na indústria da madeira tem feito de União da Vitória um município ilhado pelas piores estradas do estado, em todas as direções, sem ligação aeroviária, com péssimos índices de desenvolvimento social (IDH), com a menor densidade populacional do Estado e cuja delegacia fazendária com a menor arrecadação do estado.

Justifica-se, portanto, a busca de um novo modelo econômico que, naturalmente, volta-se para reciclagem que é o segmento industrial que vem se destacando naquela região e que precisa ser consolidado como tal antes da migração de investimentos projetados para o estado vizinho.



Por fim, o estímulo à reciclagem por instrumentos de natureza fiscal importará no aproveitamento de resíduos do processo industrial em novos processos industriais acarretando assim, além do ganho ambiental em razão de não se fazer o descarte desses resíduos no meio ambiente, o desenvolvimento de um novo segmento econômico gerador de emprego e de renda para milhares de famílias neste Estado.

Este é o apelo da atualidade e o seu maior desafio. É a grande luta global dos países, hoje reunidos na RIO+20, em busca de melhores condições para nosso planeta, sejam estes países desenvolvidos, em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 303/2012

Projeto de Lei nº 303/2012

Autor: Deputado Estadual Valdir Rossoni

SÍNTESE: Dispõe sobre o tratamento tributário relativo ao ICMS devido pelos estabelecimentos industriais nas operações com produtos em cuja fabricação seja utilizado material reciclado, conforme específica.

EMENTA: TRIBUTOS. CRÉDITO PRESUMIDO PARA ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS NAS SAÍDAS DOS PRODUTOS FABRICADOS DESDE QUE NO MÍNIMO 75% DO CUSTO DA MATÉRIA PRIMA UTILIZADA NA PRODUÇÃO DECORRA DE MATERIAL PLÁSTICO, PAPEL, PAPELÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Exmo. Deputado Estadual Valdir Rossoni, tem por finalidade conceder crédito presumido sobre o imposto devido pelos estabelecimentos industriais nas saídas de produtos fabricados por eles próprios e desde que, no mínimo, 75% do custo da matéria prima utilizada na sua produção decorra da aquisição de MATERIAL RECICLADO DE PAPEL, DE PAPELÃO E DE PLÁSTICO OU DE RESÍDUOS DE PAPEL, DE PAPELÃO E DE PLÁSTICOS ORIUNDOS DE RECICLAGEM (realizadas pelo estabelecimento industrial que as produzir).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina especificamente a competência de cada ente e, no caso em tela, observa-se que a competência é concorrente, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Considerando que o presente projeto versa sobre ICMS, faz-se imperioso destacar que são os Estados os entes competentes para sua instituição:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

Sobre a competência para propor projetos, deve-se analisar o art. 65 da Constituição Estadual, o qual garante que os membros da Assembleia Legislativa podem iniciar o processo legislativo:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Lei Maior do nosso Estado ainda garante que a Assembleia tem a competência para dispor sobre matéria afeta ao campo do Direito Tributário:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;

Observa-se, portanto, que não existem óbices legais e constitucionais para que o projeto seja aprovado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 09 de julho de 2012.

DEPUTADO CAITO QUINTANA
PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER

Dep. Tadeu

Veneri

APROVADO

09/07/12



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO

PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury

REQUERIMENTO



SÚMULA: Requer REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei nº. 303/12

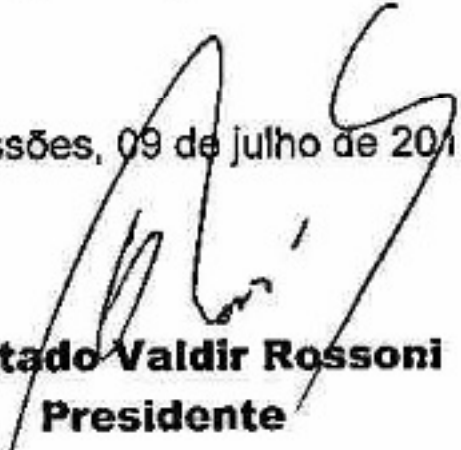
0

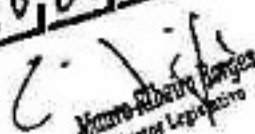
Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei nº. 303/2012, dispõe sobre o tratamento tributário relativo ao ICMS devido pelos estabelecimentos industriais nas operações com produtos em cuja fabricação seja utilizado material reciclado, conforme especifica.

0

Sala das Sessões, 09 de julho de 2012.


Deputado Valdir Rossoni
Presidente

Anote-se, junta-se a Proposição de referência
DE 10/07/2012

Ministro Roberto Campos
Diretor Legislativo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 303/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Deputado Valdir Rossoni que objetiva dispor sobre o tratamento tributário relativo ao ICMS devido pelos estabelecimentos industriais nas operações com produtos em cuja fabricação seja utilizado material reciclado, conforme especifica.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrado que possa obstar anormal tramitação processual legislativa.

Destaque-se ainda, conforme Informação do próprio autor, o Projeto encontra-se amplamente justificado.

Ainda o art. 65 da CE, garante ao parlamentar a iniciativa deste tipo de proposta. Também o art. 53 da CE garante esse tipo de iniciativa.


Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.



Sala das Comissões, 10/07/12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR




MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 321/12.

Súmula: Institui o auxílio alimentação aos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º. Fica instituído, a título de indenização, o auxílio alimentação aos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 2º. Conceder-se-á, mensalmente, auxílio alimentação por dia trabalhado aos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, bem como aos ocupantes de cargo em comissão puro.

Art. 3º. A concessão do auxílio alimentação será realizada em pecúnia, proporcionalmente aos dias efetivamente trabalhados, conforme apurado em boletim de frequência do servidor.

§ 1º. O servidor que acumula cargos ou empregos na forma da Constituição fará jus à percepção de um único auxílio alimentação, mediante opção.

§ 2º. O servidor não perceberá auxílio alimentação quando estiver cedido a outro órgão ou outra entidade da Administração direta ou indireta, em licença para acompanhar cônjuge ou companheiro, em serviço militar, em atividade política e para exercício de mandato eletivo, em licença para tratar de interesses particulares e em missão ou estudo no exterior.

§ 3º. Fará jus ao auxílio alimentação o servidor que se encontrar em férias, licença para tratamento de saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família, licença maternidade, licença paternidade, licença à adotante e licença especial, bem como para frequentar cursos de capacitação, ou sujeito a horário especial.

§ 4º. Considerar-se-á para o desconto do auxílio alimentação, por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 22 (vinte e dois) dias.

§ 5º. As diárias sofrerão desconto correspondente ao auxílio alimentação a que fizer jus o servidor, exceto aquelas eventualmente pagas em finais de semana e feriados, observada a proporcionalidade prevista no parágrafo anterior.

Art. 4º. O auxílio alimentação não será:

I - incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão;

II - configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público;

III - caracterizado como salário utilidade ou prestação *in natura*.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Art. 5º. O valor do auxílio alimentação é fixado em R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e correrá a conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná, o qual deverá incluir na proposta orçamentária os recursos necessários à manutenção desse auxílio, que será reajustado anualmente, por ato do Procurador-Geral de Justiça, observadas as exigências da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 6º. O valor do auxílio alimentação será reajustado na mesma data da revisão geral anual dos vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, estabelecida no art. 3º, da Lei nº 16.175, de 10 de julho de 2009.

Art. 7º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01 de maio de 2012.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto propõe instituir o auxílio alimentação aos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná (art. 1º).

A presente proposta objetiva atender antiga reivindicação dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, de forma a conceder e regulamentar a concessão do referido auxílio a toda a categoria. Salienta-se que, devido ao dinamismo da vida moderna e o curto intervalo da jornada de trabalho¹, realizam os servidores a sua refeição de almoço fora de suas residências, sendo-lhes devida a indenização pelo gasto extra, vale dizer, o auxílio alimentação. Ainda, tem por finalidade proporcionar melhores condições de alimentação e, via de consequência, melhor disposição para o trabalho e melhoria na qualidade de vida dos servidores do Ministério Público. Esclareça-se que ao longo dos anos a eles tem sido concedida, na data base (art. 37, inciso X, da CF), apenas a reposição das perdas inflacionárias sem, portanto, qualquer aumento real de remuneração.

A par disso cumpre registrar que aos servidores do Poder Judiciário foi este benefício concedido pela Lei nº 16.746, de 29 de dezembro de 2010, alterada pela Lei nº 16.965, de 05 de dezembro de 2011. Não se deve olvidar que pelo princípio da equivalência estipendial, subprincípio da isonomia, aos servidores do Ministério Público deve ser assegurado igual tratamento vez que, em circunstâncias semelhantes, desempenham funções assemelhadas àqueles.

¹ A jornada de trabalho do Ministério Público do Estado do Paraná é de 08 (oito) horas diárias, sendo o expediente das 08:30 hs às 11:30 hs e das 13:00 hs às 18:00 hs.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Conforme arts. 2º e 3º, caput e § 1º, da proposta, o auxílio alimentação será concedido em pecúnia aos servidores do Ministério Público, incluídos os ocupantes de cargos em comissão puro, proporcionalmente aos dias trabalhados, vedada a cumulação em sua percepção.

Fica vedada a concessão do referido auxílio aos servidores que estiverem cedidos a outro órgão ou outra entidade da Administração direta ou indireta, que estiverem em licença para acompanhar cônjuge ou companheiro, em serviço militar, em atividade política e para exercício de mandato eletivo, em licença para tratar de interesses particulares e em missão ou estudo no exterior.

Essa regra é excepcionada nos casos dos servidores que estiverem em férias, licença para tratamento de saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família, licença maternidade, licença paternidade, licença à adotante e licença especial, bem como para frequentar cursos de capacitação, ou sujeito a horário especial.

De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o auxílio alimentação é benefício de natureza indenizatória (AgRg no AgRg nº RMS 20.303/RS - 6ª T. - Rel. Min. Og Fernandes - DJe de 10/05/2010). Portanto, consigna-se nesta proposta que não será o auxílio alimentação incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão, e não será configurado como rendimento tributável, não incidindo contribuição para o Plano de Seguridade Social.

O art. 5º determina que o auxílio alimentação será custeado com recursos próprios do Ministério Público do Estado do Paraná e será reajustado anualmente, por ato do Procurador-Geral de Justiça, observadas as exigências da Lei Complementar nº 101/2000. O art. 6º define que tal reajuste ocorrerá na mesma data da revisão geral anual dos vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, estabelecida no art. 3º, da Lei nº 16.175, de 10 de julho de 2009.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Impende ressaltar que, conforme estudos realizados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos - DAFRE, o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, no montante de R\$ 440.800,00 (quatrocentos e quarenta mil e oitocentos reais), corresponde a um acréscimo de 1,62% (um vírgula sessenta e dois por cento), tendo referida despesa previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 17.012, de 14.12.2011), conforme Informação nº 1328/2012, do Departamento Financeiro - DFI.

Cumprе esclarecer, por outro lado, que por se tratar de instituição de auxílio alimentação, verba de natureza indenizatória explicitamente declarada no texto, em conformidade com a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, o gasto correspondente não é computado na apuração da despesa total com pessoal, nos termos do art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não obstante, segundo Informação nº 1326/2012, do Departamento Financeiro, a despesa total com pessoal da Instituição, no presente exercício (maio/dez), encontra-se no patamar de 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento), donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial).

Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada, por maioria, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão realizada no dia 25 de junho próximo passado.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), que a despesa decorrente do Anteprojeto de Lei, em anexo, que institui o auxílio alimentação aos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, apresenta adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14.12.2011 (Lei Orçamentária Anual), e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 17.013, de 14.12.2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 16.889, de 02.08.2011 (LDO).

Curitiba, 26 de junho de 2012.

Gilberto Glaciosa
Procurador-Geral de Justiça



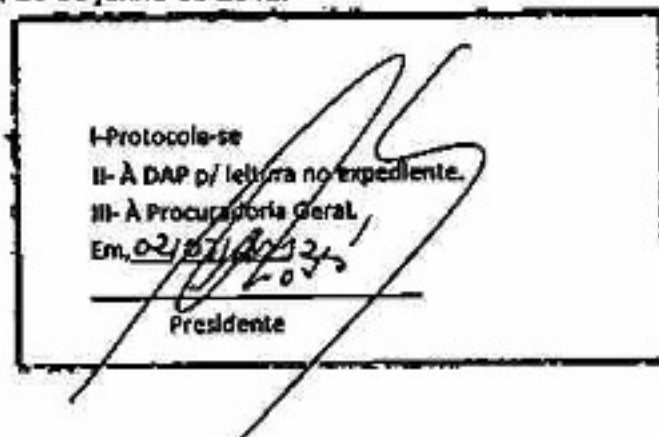
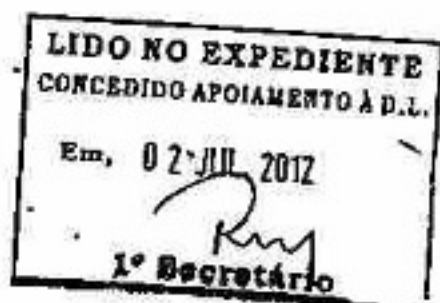
MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Ofício nº 1200/2012-GAB

Curitiba, 26 de junho de 2012.



Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o Anteprojeto de Lei que institui o auxílio alimentação aos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

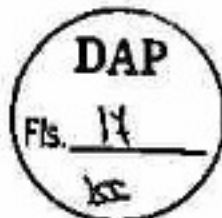
Gilberto Giacola
Procurador-Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

14222 02/07/2012 08:40:77 DAP ASSINELER LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 321/12

Projeto de Lei nº 321/12
Autor: Ministério Público

Súmula: Institui o auxílio alimentação aos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO. SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE APERIDA. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CE. LC 101/00. LC 95/98. LEGAL CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

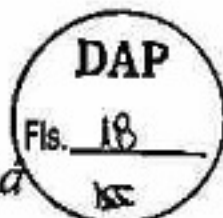
O presente Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público visa instituir o auxílio alimentação aos servidores do Ministério Público do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a Iniciativa das leis ordinárias cabe ao Ministério Público, vejamos:

Art. 65. A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Corrobora deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114 determina:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifos nossos)

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:

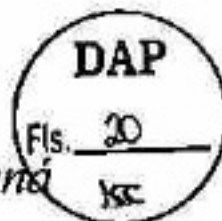
Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos)

Além do mais, a Lei Federal 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros;

Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público detém para propor o presente projeto de lei.

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que foi devidamente apresentada a estimativa de Impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2012, aprovado pela Lei n.º. 17.012, de 14.12.2011 (Lei Orçamentária Anual), e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei n.º. 17.013, de 14.12.2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei n.º. 16.889, de 02.08.2011 (LDO).

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar n.º. 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE opinamos pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 09 de Julho de 2012.


DEPUTADO CAIO QUINTANA

PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR.

RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 321/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Ministério Público – Ofício nº 1200/12 e objetiva instituir o auxílio alimentação aos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Hermas Brandão Junior e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a proposta está totalmente justificada pelo autr.

Observamos que a proposta informa que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

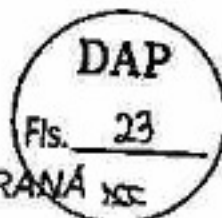
Salienta-se ainda, que o proponente da matéria, ressalta que a concessão do auxílio alimentação é fixado em R\$400,00 (quatrocentos reais), sendo reajustado anualmente, por ato do Procurador-Geral de Justiça, observadas as exigências da Lei Complementar Federal nº 101/00.

De igual modo, o impacto orçamentário-financeiro mensal na folha de pagamento, conforme estudos realizados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos – DAFRE, será no montante de R\$440.800,00 (quatrocentos e quarenta mil e oitocentos reais) corresponde a um acréscimo de 1,62%, tendo a referida despesa previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 17.012, de 14/12/11), conforme Informação nº 1328/2012, do Departamento Financeiro.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Senhor Gilberto Giacola, Procurador Geral de Justiça,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 16.889, de 02 de agosto de 2011 (LDO).

Desta forma, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 09/07/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO WALDOVIR LUGUESI
RELATOR

~~PROJETO DE LEI N. 338~~ PROJETO DE LEI N. 338/12

Súmula. Reduz a base de cálculo do ICMS incidente nas operações internas com o produto querosene combustível para aviação, de forma que a carga tributária seja equivalente a sete por cento.

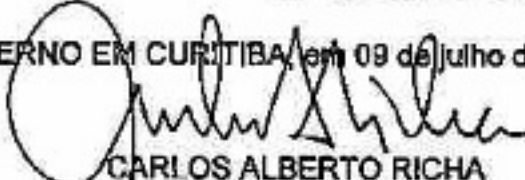
**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
decretou e eu sanciono a seguinte Lei**

Art. 1º Fica reduzida a base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, incidente nas operações internas com o produto querosene combustível para aviação, de forma que a carga tributária seja equivalente a sete por cento do valor da operação.

Art. 2º Fica revogada a Lei n. 15.789, de 3 de março de 2008.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 09 de julho de 2012.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO

Recorde-se que com a vigência da Lei 15.789, de 3 de agosto de 2008, estabeleceu-se uma redução da base de cálculo do imposto para os abastecimentos realizados nos municípios de Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa, determinando-se uma carga tributária de 0,08%. Nos demais permaneceu a carga tributária de 18%, logo reduzida a 12% com a edição da Lei n. 16.370, de 29 de março de 2009, situação que vigorou até o momento.

Destaque-se que o combustível de aviação representa hoje cerca de quarenta e cinco por cento das despesas realizadas pelas companhias aéreas, que somadas a outras despesas operacionais, incrementadas por acentuados acréscimos de custos, comprometeram os seus resultados financeiros nos exercícios de 2010 e 2011, conforme se relata em pleito dirigido ao chefe do Poder Executivo e protocolizado sob n. 11.513.519-8, em 30 de maio de 2012, pelo Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA (cópia em anexo). Diante da disparidade das cargas tributárias praticadas pelos Estados brasileiros, demonstra-se que há migração do abastecimento para onde as vantagens comparativas se fizerem presentes. Por meio do SNEA, segundo o pleito apresentado, o estabelecimento de um novo patamar de tributação dará ao Estado do Paraná condições de tornar-se um *hub* das empresas aéreas (centralizador do abastecimento), com o consequente incremento do número de abastecimentos nos aeroportos do Estado.

Assim, a carga tributária proposta de 7% visa dar competitividade ao Estado do Paraná, com isso incrementando o consumo do QAV nos abastecimentos no Estado e, por decorrência, atrair novas empresas fornecedoras, fechando-se o círculo virtuoso do acréscimo na atividade, relativamente ao transporte de cargas e passageiros, além da expansão ao comércio, ao setor de serviços e às indústrias da região, gerando receitas públicas, postos de trabalho e renda. Espera-se que o novo cenário de equalização e redução da carga tributária potencialize novos negócios para as companhias aéreas, gerando incremento nas suas operações para com isso gerar arrecadação supletiva que implique o não comprometimento do nível de arrecadação atual do ICMS. Por corolário, haverá necessidades de adequações, melhorias e ampliações na infraestrutura existente, o que exigirá investimentos em novas obras necessárias ao suporte da demanda agregada por novos serviços.

Considerando-se os dados da tabela a seguir, percebe-se que a participação do Paraná no consumo do QAV é pouco representativa em relação ao consumo nacional (cerca de 3,1% em 2010 e 3,2% em 2011). Há, portanto, um potencial espaço para crescimento dessa participação relativa, que se for da ordem

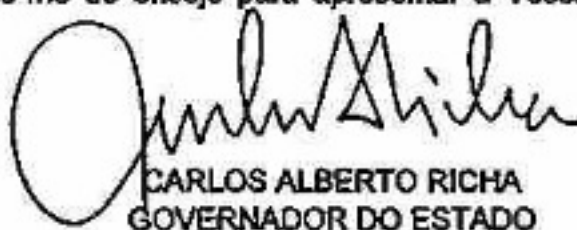
de 71,4% (ou seja, 5,4% de participação relativa) implicará manutenção dos atuais níveis de arrecadação do ICMS gerado por essas operações.

Unidade Federada	2010 (R\$)	Participação no Brasil (%)	2011 (R\$)	Participação no Brasil (%)	Variação 2011/2010
Paraná	192.107	3,1%	222.296	3,2%	15,7%
Santa Catarina	76.833	1,2%	97.196	1,4%	26,5%
Rio Grande do Sul	163.725	2,6%	182.919	2,6%	11,7%
São Paulo	2.566.461	41,0%	2.782.044	40,0%	8,4%
Minas Gerais	240.033	3,8%	303.674	4,4%	30,8%
Rio de Janeiro	968.723	15,5%	1.134.096	16,3%	26,5%
Brasil	6.250.101	100,0%	6.955.355	100,0%	11,3%

Fonte: Sistema SCANC - Sistema de Captação e Auditoria dos Anos de Combustíveis (Corteio ICMS 58/2007).

Diante do exposto, e uma vez consideradas as razões do parecer ao Projeto da Lei n. 718/11, bem como o posicionamento manifestado pela Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, de acordo com as cópias em anexo, espera-se a aprovação do presente.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossas Excelências minhas considerações.



CARLOS ALBERTO RICHIA
GOVERNADOR DO ESTADO

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.
Em 09/07/2012

Presidente



MENSAGEM

Nº 039 /2012

Curitiba, 09 de julho de 2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 09 JUL 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando reduzir a base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, incidente nas operações internas com o produto querosene combustível para aviação, de forma que a carga tributária seja equivalente a sete por cento do valor da operação, assim como revogar a Lei nº 15.789, de 3 de março de 2008.

O Anteprojeto de Lei visa a uma equalização da carga tributária em todo o Estado do Paraná, como alternativa à lei onde se propõe a revogação, bem como aos Projetos de Lei nº 718/11 e nº 973/11, que pretendem dar tratamento tributário diferenciado para operações internas com o produto querosene combustível para aviação - QAV, ocorridas no âmbito de determinados municípios do Estado. Tal diferenciação afronta juridicamente o disposto no art. 152 da Constituição da República, que veda aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios estabelecerem diferenciação tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

A equalização visa, ainda, sanar dificuldades nos controles fiscais por parte da Secretaria da Fazenda, em face da diferenciação estabelecida, tendo em vista possíveis reflexos negativos para a arrecadação estadual. Para as empresas fornecedoras do QAV que atuam em diferentes pontos do Estado, a situação não é diferente. Há reclamações recorrentes por parte de empresas fornecedoras e adquirentes quanto ao tratamento tributário anti-isonômico dispensado ao produto pelo Estado do Paraná. A implantação de alíquota uniforme em todo o território paranaense deverá simplificar e otimizar os procedimentos de controles, tanto da Fazenda Pública quanto das empresas.

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado VALDIR ROSSONI

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

AJB/ProL 11.514.581-0

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora do Salete s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350-2800 | Fax: (41) 3254-7345 | www.pt.gov.br

15:17 09/07/2012 004367 DAP.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 338/2012

Projeto de Lei nº. 338/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 39/12

Súmula: reduz a base de cálculo do ICMS incidente nas operações internas com o produto querosene combustíveis para aviação, de forma que a carga tributária seja equivalente a sete por cento.

EMENTA: REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. ICMS. PRODUTO QUEROSENE COMBUSTÍVEL PARA AVIAÇÃO. CARGA TRIBUTÁRIA EQUIVALENTE A SETE PORCENTO. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 13; 65 e 66 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. DECRETO ESTADUAL 2.838/97. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. LEGAL CONSTITUCIONAL PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo equalizar a carga tributária em todo o Estado do Paraná, no que diz respeito a incidência de cálculo do ICMS nas operações internas com o produto querosene combustível para a aviação.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu art. 65, estabelece que:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

O Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido projeto de lei.

Já, com relação à competência, é importante destacar que a Constituição do Estado do Paraná determina como competência concorrente entre o Estado e a União legislar sobre direito tributário, conforme segue:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

O I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (Gatos Nossos)

Ademais, quanto ao tema em análise cumpre ressaltar que é de competência da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA), vide Decreto nº 2.838 de 15 de janeiro de 1997 que aprova o regulamento desta secretaria e assim preceitua:

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

1987, órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza instrumental, para o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.

Parágrafo único - Para atingir as finalidades constantes do artigo, a Secretaria de Estado da Fazenda deverá alcançar os seguintes objetivos:

(...)

III - o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual;

IV - a formulação da política tributária, como instrumento de ação do Governo;

(...)

Art. 8º - Ao Secretário de Estado da Fazenda compete:

(...)

XIV - expedir instruções referentes à matéria tributária;

(grifos nossos)

Desse modo, nota-se que a respectiva Secretaria possui prerrogativas para realizar o planejamento, a coordenação, a fiscalização,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação; bem como, expedir instruções referentes à matéria tributária.

Ocorre que, por se tratar de competência da SEFA-PR, consequentemente, deve-se ressaltar a competência privativa do Governador do Estado; uma vez que a Constituição Estadual assim preceitua:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública. (grifos nossos)

Com relação à Lei Complementar Federal nº. 101/00 e à Lei Complementar Federal nº 95/98, o projeto de lei não apresenta nenhum óbice.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


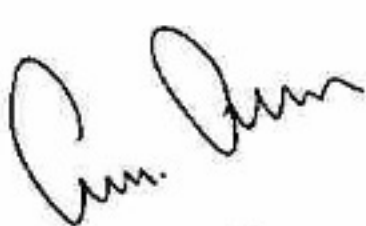

CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 10 de Julho de 2012.


DEPUTADO CAIO QUINTANA
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 338/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 039/12 que objetiva reduzir a base de cálculo do ICMS incidente nas operações internas com o produto querosene combustível para aviação, de forma que a carga tributária seja equivalente a 7% (sete por cento);

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrado que possa obstar anormal tramitação processual legislativa.

Observe-se que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com o art. 13, da Constituição Estadual, onde denota-se a competência do Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre o tema proposto pelo presente projeto de lei.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu art. 66, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Destaque-se ainda, conforme informação do próprio autor, que com a implantação de alíquota uniforme, (objeto do projeto), em todo o território paranaense deverá simplificar e otimizar os procedimentos de controles, tanto da Fazenda Pública quanto das empresas.




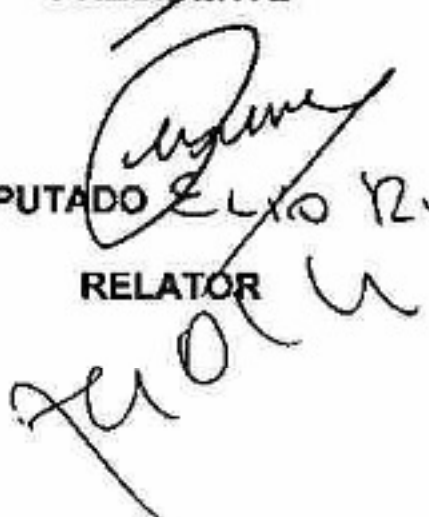
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**, na forma do parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, 10/07/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR